

AMAPÁ

# Waiãpi e entidades solidarizam-se com o CTI

*Articulação entre políticos e funcionários da Funai paralisa projetos desenvolvidos na área indígena pela ONG*

A medida tomada pela Procuradoria Geral da República no Amapá, através do procurador João Bosco Araújo Fontes Júnior, no início de agosto, de suspender os trabalhos na Área Indígena Waiãpi de recuperação e despoluição das áreas degradadas desenvolvidos pelo Centro de Treinamento Indigenista (CTI) entre as aldeias do povo **Waiãpi**, no Amapá, tem causado indignação e muitos danos aos índios. Segundo o procurador, em declarações à imprensa, a suspensão ocorreu devido às denúncias segundo as quais a ONG estaria praticando garimpo irregular em terra indígena.

O CTI e a antropóloga Dominique Gallois, que coordena o Programa Waiãpi desenvolvido pela organização, contestaram as denúncias através do documento "Governo proíbe índios de garimpar em suas terras, mas acelera aprovação de projetos de mineração em áreas indígenas".

Eles denunciam que "o ouro da terra Waiãpi interessa aos setores representados pelo deputado federal Antônio Feijão (PSDB/AP), que desde 1993 move campanha contra os índios Waiãpi e contra o CTI, entidade parceira dos índios no seu processo de construção de autonomia. As almas dos Waiãpi são objetos de desejo de uma missão de fé, a *New Tribes Mission*, que também participa ativamente desta campanha, sob os auspícios do modelo assistencialista que a política indigenista governamental vem reforçando nos últimos meses. O controle paternalista do futuro do povo Waiãpi é o alvo dos funcionários da ADR Funai local que, para sustentar a sua permanência no órgão, defendem práticas autoritárias contestadas pelo Waiãpi".



Foto: Raimunda Soares

**Mulheres Waiãpi da Serra do Navio**

O CTI, uma organização não governamental que há vários anos trabalha entre os índios, também está impedido pela Funai local de continuar os programas de saúde, educação, vigilância da terra e o projeto "vídeo nas aldeias". No dia 11 de agosto, agentes da Polícia Federal, armados com metralhadoras, chegaram a invadir a aldeia Aramirã e retiraram a médica Maria Bittencourt, o indigenista Fausto Campolli e quatro auxiliares de enfermagem que, segundo o CTI, agiram a pedido da Funai local.

O motivo que deu "base" para as denúncias foi a implantação do projeto piloto de despoluição e recuperação ambiental de uma porção central da área indígena, devastada pelo garimpo na década de 70, que seria executado com apoio do Ministério do Meio Ambiente. O projeto também previa a reorientação de suas próprias práticas de garimpagem com o apoio do CTI. Entretanto, segundo o documento do CTI, o procurador levando em conta informações parciais levantadas pelo geólogo da Funai, Múcio

Nobre da Costa Ribeiro, sustenta uma tese duplamente equivocada: "de que o CTI desenvolve atividades de mineração na área Waiãpi; de que os Waiãpi não podem exercer atividades de fiação de ouro aluvionar em suas próprias terras".

O chefe da Assessoria de Imprensa da Funai, em Brasília, Antônio Carlos Lago, informou que o presidente do órgão esteve, durante os dias 8, 9 e 10 de outubro, no Amapá, conversando com todos os envolvidos. Enfatizou que a equipe do CTI foi retirada por causa da medida tomada pelo juiz e que a Funai aguarda a decisão da Justiça. O CTI deu entrada no Tribunal Regional Federal, em Brasília, de um agravo de instrumento contra a interrupção dos seus projetos. O Conselho das Aldeias Waiãpi (Apina), segundo o boletim do Grupo de Trabalho Amazônico, de setembro, teria dado entrada de um mandado de segurança no Tribunal de Justiça Federal do Amapá contra a decisão da Procuradoria que paralisou o projeto na área.